

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS NO BRASIL

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (*)

A QUESTÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O centenário de sanção da Lei Áurea ocorrido em 1998 suscitou uma significativa revisão historiográfica e das idéias nos meios acadêmicos, especialmente nas áreas de ciências humanas e educação, assim como na ação política e cultural das entidades negras representativas. Essa oportunidade especial de resgate de uma identidade e construção de uma memória permitiu o avanço de muitas questões, entretanto uma série de outras relacionadas à cultura afro-brasileira continua merecendo reflexão, carecendo de investigação e conhecimento.

Uma das questões estruturais está relacionada ao esquecimento das comunidades remanescentes de antigos quilombos, sítio geográfico onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres. Vão surgir milhares desses quilombos de norte a sul do Brasil, assim como na Colômbia, no Chile, no Equador, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, em Cuba, no Haiti, na Jamaica, nas Guianas e em outros territórios da América. A história brasileira tem se referido aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem mais parte da vida do país. Não podemos perder de vista que esse aparente desaparecimento das populações negras, principalmente dos livros didáticos, faz parte da estratégia do branqueamento da população brasileira. "Houve uma diluição desse passado do negro escravo e do negro aquilombado", lembra-nos Carril (1997), ao abordar a ideologia do branqueamento na formação do Estado brasileiro que legitimou o mito da democracia racial.

As comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e revelando que não foram poucos os sítios quilombos formados durante a escravidão. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980 em todo o território brasileiro.

As ações governamentais, também assumem importância vital nesse processo, e uma das mais importantes é o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.". Outra ação é o estabelecimento das diretrizes do Programa dos Direitos Humanos no Brasil para a população negra (médio prazo – 1998) na "promoção do mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras".

É importante destacar o trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Procuradoria-Geral da República com a criação de setores específicos nas sedes estaduais para cuidar do reconhecimento, da demarcação e da titulação das terras das comunidades quilombolas. Nas pesquisas isoladas de abrangência nacional, as mais relevantes são a sistematização preliminar e o mapeamento dos dados disponibilizados sobre as comunidades remanescentes de antigos quilombos no país, trabalho realizado por Anjos (1997) para a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura.

E necessário frisar que estamos enumerando as principais políticas e contextos envolvidos no processo de conhecimento, discussão e ações para uma maior visibilidade e transformação da situação precária dos povos quilombolas.

Dentre os pontos estruturais que permeiam a situação dos descendentes dos antigos quilombos no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição dessas comunidades no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e não existem pesquisas direcionadas para investigar a questão com essa abordagem geográfica.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DEPTO. DE GEOGRAFIA
CAMPUS DA UNB – ASA NORTE – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL – BRASIL CEP.70.910-900
TELEFAX: 61 272-1909 E-mail: quilombo@unb.br

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica.

A situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete uma política definida para o equacionamento do seu problema estrutural, ou seja, o reconhecimento dentro do sistema brasileiro e a titulação das áreas ocupadas. Essa problemática tem componentes mais políticos e sociais, do que antropológicos. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a falta de informação sistematizada e de visibilidade espacial, assim como as disputas e os conflitos institucionais por espaço para conduzir o processo de legalização das suas terras, como fatores que dificultam a resolução do problema.

Dessa maneira, configura-se uma necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações geográficas que possam permitir a compreensão do que está acontecendo no processo de distribuição dos remanescentes de antigos quilombos do Brasil. Se perguntarmos por exemplo: Como estão distribuídos os registros de remanescentes de quilombos nos municípios brasileiros, unidade política básica do país? Onde se concentram? Bem, verificaremos que esta e outras questões permanecem sem resposta satisfatória. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender a resposta territorial dessas importantes manifestações de resistência e ocupação afro-brasileira, bem como para auxiliar qualquer processo de planejamento e de ações nessas áreas.

É até sintomático que a distribuição dos remanescentes de quilombos no Brasil não haja merecido estudos de conjunto referentes a sua espacialização, seja por questões políticas, pela abrangência interdisciplinar, pelas dificuldades de acesso e levantamento dos dados, seja pela necessidade de utilização de tecnologias e ferramentas sofisticadas com grande capacidade de integração de dados ou mesmo pelo desafio de tratar a temática com uma lente que permita uma visão do todo.

Dessa forma, este *paper* visa auxiliar na ampliação das informações e do conhecimento, assim como, fornecer elementos para interpretação da distribuição das comunidades remanescentes de antigos quilombos no território brasileiro. O mapeamento apresentado é uma das etapas concluídas do **Projeto Geografia dos Remanescentes de Quilombos do Brasil**, que está sendo desenvolvido no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Dessa forma, abordamos brevemente os pressupostos metodológicos e instrumentais utilizados para operacionalizar o mapeamento dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil.

A seguir, apresentamos os resultados dos dados sistematizados, assim como os documentos cartográficos com a distribuição dos dados no Brasil. Finalmente são feitas algumas considerações finais.

Dessa maneira, com essa estruturação o trabalho busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que a questão racial no Brasil seja tratada com mais seriedade e possibilite, também, uma melhor compreensão de um dos mais relevantes processos geográficos e históricos que contribuíram e contribuem para a formação do povo brasileiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS

Neste trabalho geográfico, entendemos os remanescentes de antigos quilombo como um fato estruturado a partir de comunidades negras descendentes de negros escravizados vindos de várias regiões do continente africano. Esses descendentes vivem principalmente no espaço rural brasileiro, mas muitos núcleos estão incorporados às áreas periurbanas e urbanas do país. Em função dessas diferenciações de localização espacial, essas comunidades caracterizam-se por apresentar níveis diferenciados de inserção e de contato com a sociedade.

A organização territorial dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil apresenta algumas características geográficas comuns. Uma delas é a forma de distribuição das construções, que ocorre de maneira esparsa no território, sem um arruamento geométrico definido, como tradicionalmente se verifica nas outras localidades do país. Outro aspecto espacial relevante é o sítio geográfico dos antigos quilombos, geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistemas de vigilância nas áreas mais altas. Os povos africanos e seus descendentes eram detentores, também, de uma forte cultura de espaço geográfico, fato esse facilmente reconhecido nas localizações de difícil acesso onde se organizavam os quilombos.

A **Fig. 1** mostra um croqui da estrutura espacial da Comunidade de Ramari dos Pretos, no município de Turiaçu, no Maranhão, onde é possível observar um exemplo típico de organização das edificações esparsa e em torno de elementos territoriais importantes para a comunidade, como um campo de futebol, uma escola, um centro comunitário de trabalho, etc. Verifica-se também, nesse “mapa simplificado”, a importância do rio, condutor básico da pesca e da agricultura, assim como das montanhas, como referência de localização desse espaço.

A **Fig. 2** mostra um extrato cartográfico de parte do território do Estado de Alagoas, onde está localizado a sede do município de União dos Palmares, e à esquerda a serra da Barriga, um dos mocambos estruturais do Quilombo de Palmares ou Angolajanga (Pequena Angola). Esse quilombo do século XVII foi o mais populoso, o mais duradouro e o mais importante território quilombola da história do Brasil. Essa serra, atualmente tombada pela União, constitui um dos exemplos clássicos de um sítio estratégico, de acesso restrito e com amplo campo de visão da região, fato que nos auxilia a entender as dificuldades encontradas pelo sistema escravista para a sua destruição. As curvas de nível desenhando os contornos da serra da Barriga revelam as encostas íngremes e de difícil acesso existentes no território governado por Ganga-Zumba e por Zumbi.

Este trabalho foi desenvolvido em fases integradas, utilizando, para representação das informações, técnicas cartográficas convencionais e automatizadas. Pretendemos, dessa forma, com este trabalho estruturado em informações espaciais e operacionalizado com o uso de tecnologias do processamento de dados referenciados, circunscrever o processo de espacialização das comunidades descendentes de quilombos no território brasileiro.

Utilizamos como referência espacial para o mapeamento dos dados o município com ocorrência de comunidade remanescente. A Divisão Municipal do IBGE de 1997 foi a principal base cartográfica do estudo. A estruturação da base de informações para identificar e mensurar os dados da distribuição dos remanescentes de quilombos em cada estado brasileiro foi feita por método secundário. É relevante frisar que não se tratou de um censo e nem de um levantamento exaustivo da situação. Procuramos montar um quadro do panorama da situação, um “retrato” com dados oficiais sistematizados. Esse processo de trabalho teve quatro referências fundamentais, a saber:

1. Utilização do Mapa Preliminar dos Remanescentes de Quilombos do Brasil, elaborado por Anjos (1997) para a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura.
2. A realização de um levantamento e complementação dos dados nas sedes da Procuradoria-Geral da República de cada estado do Brasil.
3. Checagem dos dados existentes e levantamento nas universidades brasileiras.
4. Levantamento com a colaboração das principais entidades negras organizadas do país, particularmente com as representações do MNU.
- 5.

O processo de elaboração dos mapas temáticos tomou como referência as informações coletadas até setembro de 1999. O conjunto dos dados coletados apresenta uma característica fundamental, que é o nome da comunidade e o seu município de ocorrência.

O Banco de Dados foi organizado nas planilhas de informações do sistema Excel e posteriormente foi migrado para o *software* Cabral - 1500 (Philippe Waniez, 1995), para a geração dos mapas temáticos. Esse programa constrói documentos cartográficos a partir da associação de dados tabulares (txt ou ASCII) com imagem construída a partir de arquivos gráficos; possibilita a discretização dos dados de formas variadas e a linguagem gráfica permite opções de cores, tipos de orientações e símbolos variados. Para melhorar a saída e a composição gráfica dos produtos, utilizamos o programa Corel Draw.

Foram construídos dois conjuntos de mapas temáticos. O primeiro bloco de documentos cartográficos está formado por mapas qualitativos dos estados da União, nos quais estão representados os municípios com ocorrência de comunidades remanescentes. Nesses mapas, cada município com registro está identificado com uma numeração que tem correspondência em quadro anexo com os nomes da comunidade e do município. A **Fig. 3** é um exemplo desse mapeamento e mostra a distribuição espacial dos municípios com ocorrência de comunidades remanescentes de antigos quilombos no Estado de Santa Catarina.

Ainda desse primeiro conjunto de documentos cartográficos fazem parte os mapas quantitativos, revelando as quantidades dos remanescentes registrados em cada município. Esses dois tipos de mapas possibilitam uma leitura da distribuição espacial e dos espaços de concentração de descendentes de antigos quilombos.

Na parte a seguir, é mostrado o exemplo de alguns mapas temáticos construídos e a tabulação dos dados.

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS NO BRASIL

A sistematização dos dados obtidos revelou panoramas regionais bastante distintos. Na Região Sul apenas os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina apresentaram 9, 1 e 5 registros, respectivamente. A região Sudeste apresentou ocorrências em São Paulo (43), Minas Gerais (28), Espírito Santo (11) e Rio de Janeiro (6). A região Centro-Oeste registrou 7 remanescentes em Goiás, 6 no Mato Grosso e 5 no Mato Grosso do Sul. A Região Nordeste tem uma expressão numérica de relevância no Brasil (ver gráficos na **Fig. 4**) sendo computados 250 remanescentes na Bahia, 163 no Maranhão, 23 em Sergipe, 16 em Pernambuco e em Alagoas, 14 no Rio Grande do Norte, 11 na Paraíba e no Ceará e 7 no Piauí. A região Norte apresentou 196 registros no Pará e 12 no Amapá. Em algumas Unidades da Federação, como o Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, que não apresentaram registros oficiais, acreditamos que existam remanescentes de quilombos, entretanto só mapeamos os dados coletados e com alguma referência concreta da existência. Dessa forma, a região Nordeste apresenta o maior número de registros (511), seguida pela região Norte (212) e Sudeste (88). As regiões Centro-Oeste e Sul ficaram, respectivamente, com 17 e 15 registros.

Os mapas qualitativo e quantitativo do Brasil (**Figs. 5 e 6**) apontam alguns aspectos importantes, a saber: 1. Os remanescentes de antigos quilombos estão presentes, com exceção da Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Distrito Federal, em todos as unidades políticas. 2. A extensão territorial com início em Minas Gerais, passando pela Bahia, Maranhão e o Pará assume importância particular em razão da elevada concentração de registros. Na região Sudeste do país, o Estado de São Paulo destaca-se pelas ocorrências no Vale do Ribeira. 3. O Mato Grosso e o Rio Grande do Sul apresentam registros nas suas fronteiras com outros países, Bolívia e Uruguai, respectivamente. Esse fato espacial também indica uma possibilidade de ocorrência de remanescentes de antigos quilombos nesses países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem uma forte implicação cartográfica, pois exigiu um raciocínio permanente em termos de percepções e formulações analíticas das configurações espaciais dos dados dos remanescentes de antigos quilombos no território. Nesse sentido, o escopo básico das conclusões procedidas no projeto esteve apoiado na leitura e na investigação da documentação cartográfica produzida. Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos que:

- A questão dos remanescentes de quilombos no território brasileiro não pode ser tratada com ações episódicas, pontuais e nem envolvida por conflitos de atribuições institucionais. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto e médio prazos, explicitando, principalmente, quantos sítios serão beneficiados, em quanto tempo e com que recursos.
- A cartografia é uma ferramenta com condições concretas de representar o que está acontecendo no território, bem como de apontar indicadores geográficos para o processo de reconhecimento e de delimitação de um sítio quilombola.
- O Banco de Dados dos registros dos remanescentes de quilombo mostrou 848 ocorrências no Brasil com informações computadas até setembro de 1999. Reconhecemos que devam existir outros sítios não informados. Entretanto, no universo de estimativas com várias disparidades, esse número é um indicador conseguido a partir de uma sistematização de dados disponibilizados oficialmente por organismos encarregados e entidades representativas, fato que nos dá referência metodológica e respaldo institucional. O estudo apontou que as maiores ocorrências estão nos estados do Nordeste e do Norte do país. O Nordeste apresenta 60% dos registros (511) e estão concentrados na Bahia (250) e no Maranhão (163). A região Norte detém 25% dos remanescentes do Brasil, os quais estão concentrados no Pará (196). Esse fato reafirma a importância dessa parte do país no resgate da memória do negro brasileiro e do povo africano na sua formação geográfica e histórica.
- O conjunto de documentos cartográficos gerados de cada estado constitui uma ferramenta básica para ampliar as informações e o potencial para apontar ações nos sítios desses remanescentes, principalmente no seu reconhecimento, na sua delimitação, na demarcação e na titulação dos seus territórios, ou seja, auxiliar os programas em desenvolvimento ligados à

Presidência da República, ao Incra, ao Ministério da Justiça, à Fundação Cultural Palmares e aos vários Institutos de Terras dos Estados brasileiros. É importante também a ampliação das ações do Ibama no manejo e na preservação ambiental desses sítios, assim como dos Ministérios da Saúde e da Educação e Desporto na implementação de programas específicos para as comunidades quilombolas.

- Esse estudo tem como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que como a auxílio da ciência e da tecnologia temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas na institucionalização das terras quilombolas, ponto fundamental requerido por essa população. Sobre essa situação secular difícil e marginal das populações negras no país, Santos lembra que: A reparação é necessária. Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional (Milton Santos, 1995: 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, R. S. A. "A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada". *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.
- _____. "Projeto retratos da África: uma abordagem cartográfica". Relatório de pesquisa. Brasília: UnB-CNPq, 1989.
- _____. "Cartografia e dinâmica territorial: o mapa imagem multitemporal do Distrito Federal do Brasil". *GeoDigital 96: anais*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996, p. 114-124.
- _____. "Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil - sistematização dos dados e mapeamento" (Versão preliminar) - Relatório técnico (mimeografado). Fundação Cultural Palmares – Minc. Brasília, 1997, Anexo planilha de dados e mapas.
- _____. "A geografia, os negros e a diversidade cultural". Série O Pensamento Negro em Educação - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106
- _____. "A cartografia como instrumento auxiliar no reconhecimento dos remanescentes de quilombo". *Revista Palmares*. Brasília. (no prelo), 1998.
- _____. "A geografia, a África e os negros brasileiros". In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.
- _____. "Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil". *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.
- _____. "Coleção África-Brasil. Cartografia para o ensino-aprendizagem". Brasília: Editora Mapas Consultoria, Brasília, 2000.
- CARRIL, L. F. B. "Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil". *AGB Informa* no.67. São Paulo, 1997, p. 6-7.
- WANIEZ, P. "Samba 2000 - Cabral 1500". Orstom - Edtiones Cartographic. France, 1996.
- PARKER, G. "Atlas da história do mundo". Times Books. Londres, 1993.
- RUFINO, J. "A inserção do negro e seu dilemas. Parcerias estratégicas". Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Centro de Estudos Estratégicos. vol. 1, no.11, Brasília, 1996, p. 111-154.
- SANTOS, M. "Pesquisa reforça preconceito". *Folha de S. Paulo*. Caderno Especial Domingo. P. 8. São Paulo, 1995.